

# A QUESTÃO RACIAL NOS DEZ ANOS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO

## *RACIAL ISSUES IN THE TEN YEARS OF THE GOIANO FEDERAL INSTITUTE*

Laura Meireles Branquinho<sup>1</sup> (IFGoiano - Câmpus Urutaí)

Cristiane Maria Ribeiro<sup>2</sup> (IFGoiano - Câmpus Urutaí)

**Resumo:** Este trabalho propôs-se a analisar como têm sido enfocadas as questões raciais nos documentos legais do Instituto Federal Goiano; analisar do ponto de vista documental qual é o tratamento e a importância das políticas de inclusão no tocante às relações raciais; identificar a política de tratamento dada ao negro e ao indígena no interior do Instituto Federal Goiano; compreender as representações que os grupos indígenas e negros possuem no corpus documental da instituição. A metodologia utilizada foi a análise documental e os dados mostram que existe ao menos, do ponto de vista documental, um indicativo de que as questões relativas à diversidade fazem parte da política institucional.

**Palavras-chave:** Instituto Federal Goiano. Relações étnico-raciais. Educação.

**Abstract:** *This work aimed to analyze how racial issues have been addressed in the legal documents of the Federal Institute of Goiás; analyze from a documentary point of view what is the treatment and the importance of inclusion policies with respect to race relations; identify the treatment policy given to blacks and indigenous people within the Federal Goiano Institute; understand the representations that indigenous and black groups have in the institution's documentary corpus. The methodology used was documentary analysis and the data show that there is at least, from a documentary point of view, an indication that issues related to diversity are part of institutional policy.*

**Keywords:** *Goiano Federal Institute. Ethnic-racial relations. Education.*

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal Goiano (IFGoiano) - Câmpus Urutaí. E-mail: laurameireles68@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pedagoga pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora nos cursos de Licenciatura e do Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano (IFGoiano) - Câmpus Urutaí. E-mail: cristiane.maria@ifegoiano.edu.br

## **Introdução**

No que se refere às relações étnico-raciais, podemos dizer que não é novidade o fato de que a discriminação e o racismo se fazem ainda presentes na sociedade, e com eles, a desigualdade socioeconômica que reflete na falta de oportunidade de pessoas que fazem parte de grupos marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e demais minorias.

Relativo à discriminação, Guimarães (2004) afirma:

Apesar do conceito de discriminação constituir um dos pontos centrais dos estudos no campo das relações raciais (bem como das relações de gênero) nas sociedades contemporâneas, não me parece exagerado afirmar que o grosso do esforço intelectual para entender o comportamento discriminatório tem se concentrado seja em suas motivações, seja em seus efeitos, seja na relação entre motivação e comportamento. De fato, pelo menos na Sociologia, a pesquisa sobre discriminação tem privilegiadamente focado um tipo específico de motivação: o preconceito. (GUIMARÃES, 2004, p. 11).

Quanto ao racismo, Guimarães (2004) expõe que é definido, em primeiro lugar, como algo que separa a humanidade em raças, cada uma com determinadas habilidades, como intelectuais, físicas, psicológicas e morais. Conseqüentemente dividindo a humanidade em uma hierarquia, o racismo também é referido como uma preferência que se institui por essa ideia de raças e de superioridade racial, com base em estereótipos e aparência, o que resulta no tratamento desigual estas pessoas na sociedade.

A perversidade do racismo e da discriminação é a sua materialização da vida social dos grupos marginalizados, pois eles são convertidos em tratamentos desiguais, entre eles, a negação de direitos básicos tais como saúde, educação, habitação entre outros. Por exemplo, a pesquisa “Mapa da população negra no mercado de trabalho no Brasil”, feita pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR), em 1999, revela que um homem negro na região metropolitana de São Paulo recebia 50,6% do rendimento médio mensal de um homem que não é negro. A situação da mulher negra era ainda mais dramática, pois esta é diferenciada também pela questão de gênero, pois ela recebe 33,6% do rendimento médio mensal de um homem que não é negro.

Essa diferenciação pode ser vista também na região metropolitana de São Paulo:

A crise econômica, iniciada em 2014/1 repercutiu no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo em 2015 e 2016, quando as taxas de desemprego aumentaram intensamente. Nesse período, os negros foram particularmente atingidos. Mesmo o desempenho ligeiramente positivo da economia em 2017 não foi capaz de evitar o aumento do desemprego. Entre 2016 e 2017, a taxa de desemprego dos negros ampliou-se de 19,4% para 20,8%, enquanto a dos não negros avançou de 15,2% para 15,9% (INSPIR, 2018).

Os grupos marginalizados não têm conduzido sua vida pela passividade e inércia e, desde o início do século XX, têm-se organizado em movimentos sociais que buscam garantir que a sociedade brasileira se concretize como uma verdadeira democracia. No caso dos movimentos de corte racial, especificamente o movimento negro, as reivindicações buscam, por exemplo, a inclusão nos currículos escolares de conteúdos que abordem a história da África e da história do negro brasileiro, busca-se também inserir os negros no ensino superior. Uma importante vitória foi a Lei de Cotas (Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012).

Quanto a este sistema, Domingues (2005) afirma que:

Devido ao quadro de desigualdade racial nas oportunidades educacionais do Brasil, argumenta-se, em um primeiro momento, que as cotas constituem um eficiente instrumento para garantir maior representação dos negros. Em um segundo momento, tem-se a intenção de escrutinar (e refutar) as principais críticas dos opositores às cotas raciais (DOMINGUES, 2005, p. 164).

Em 2007, foi feito, pelo Laboratório de Políticas Públicas (LLP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), um levantamento que indicou que 51 instituições de ensino já haviam adotado políticas de ação afirmativa, entre elas os Institutos Federais Superiores (IFS). Podemos mencionar ainda que, nas últimas décadas, a legislação educacional tem incorporado elementos do debate e a formação dos profissionais da educação para a educação das relações étnico-raciais. Entre os documentos que trazem esta demanda, estão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP 01/2004), o Decreto 6755/2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o documento Contribuições para a Implementação da Lei 10.639/2003 e o Plano Nacional de Educação, esses documentos são todos circunscritos à área de educação.

Considerando a legislação acima mencionada nos interessa saber como o Instituto Federal Goiano tem incorporado políticas de ações afirmativas. Esta pesquisa pode ser considerada qualitativa e a principal fonte de coleta de dados foi a análise documental. Concordamos com Pádua (2007, p. 154) que define a pesquisa documental como aquela realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos (não fraudados). Esse tipo de pesquisa tem sido largamente utilizado nas Ciências Sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo características ou tendências. Na pesquisa documental, fontes primárias – documentos propriamente ditos – e fontes secundárias, como dados estatísticos, elaboradas por instituições especializadas e consideradas confiáveis para a realização da pesquisa, são utilizados.

Merece destaque ainda, entre as fontes documentais, os textos literários, as narrativas dos viajantes que estiveram no Brasil, sobretudo entre os séculos XVI e XIX, os jornais. Somam-se a essa lista os documentos que ainda não receberam tratamento científico, como reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, como também impressos manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, e imagens.

Essas fontes podem, segundo a autora, transformar-se no próprio objeto da pesquisa.

A imprensa pedagógica, o livro escolar, o caderno do aluno, o mobiliário, o uniforme, por exemplo, não servem apenas para nos fazer aproximar de um aspecto da realidade que estamos investigando, mas eles próprios suas condições de produção e de circulação, seus usos, as transformações por que passaram ao longo do tempo-passam a interessar, pois dizem, também, sobre um passado educacional. (CORSETTI, 2006, p. 35).

Realmente, tem sido frequente o uso de documentos nas análises de pesquisas, mas, em vez de eles serem fetichizados, acreditando conter “verdades”, os historiadores da educação têm se esforçado em problematizar essas fontes. “O trabalho a ser realizado exige

que se persigam o sujeito da produção dessas fontes, as injunções na produção e as intervenções, isto é, as modificações e o destinatário desse material” (CORSETTI, 2006, p. 36). Também não pode ser desconsiderado, na análise documental, o contexto sócio histórico e cultural no qual foi produzido esse material e para quais grupos sociais eram destinados.

Cellard (2008) afirma que, quando se trabalha com documentos, devem-se superar certos obstáculos e estar ciente de várias armadilhas, antes de fazer uma análise profunda do material. Primeiramente, avaliar a credibilidade do documento, como também a sua representatividade, destaca-se ainda a importância da leitura das entrelinhas para evitar que o documento seja interpretado de forma errada.

Cellard (2008) ainda destaca a importância de entender o sentido de termos que podem vir a ser expressos nos documentos, e que talvez possuam uma variação de seu significado ao longo do tempo e da história. Também é possível encontrar, em certos tipos de documentos, jargões profissionais específicos, gírias, e regionalismos.

Sendo assim, a análise documental, que se baseia em ter como objeto de estudo o próprio documento em si, é vista como uma ferramenta metodológica em estudos de cunho social e histórico, podendo auxiliar na pesquisa relacionada às relações étnico-raciais.

Desse modo, o trabalho do investigador centra-se na análise do conteúdo simbólico dos documentos, nas mensagens que estão, de algum modo, nas entrelinhas dos textos. As referências para a busca de informações foram às questões formuladas. Neste trabalho, então, centramos atenção nos seguintes documentos: Planos de Desenvolvimento Institucional, Resoluções, e demais documentos que possam estar relacionados à temática. Para demarcar o contexto de produção desses documentos, o elemento considerado foi a criação dos Institutos Federais.

Nessa linha de pesquisa, foram usados documentos legais internos do Instituto Federal Goiano, como resoluções e os PDIs (Planos de Desenvolvimento Institucionais de 2009- 2013, 2014-2018 e 2019-2023), com o objetivo de verificar as políticas de inclusão implementadas no período de dez anos de Instituto Federal Goiano. Dessa forma, a análise documental torna-se fundamental neste processo, pois evidencia as políticas afirmativas que foram propostas, e esclarece quanto ao tratamento das relações étnico-raciais.

Os dados foram extraídos da análise de 583 documentos, dos quais 580 são resoluções e três Planos de Desenvolvimento Institucional, disponíveis no site

BRANQUINHO, Laura Meireles; RIBEIRO, Cristiane Maria. A QUESTÃO RACIAL NOS DEZ ANOS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO.

[https://suap.ifgoiano.edu.br/documentos/buscar\\_documento](https://suap.ifgoiano.edu.br/documentos/buscar_documento). Os dados mostram que, do montante destes documentos, apenas três deles abordam a questão da diversidade. Na leitura integral dos documentos, buscamos por palavras-chaves: raça, racismo, etnia, étnicos, negros, gênero, índios, indígenas, quilombolas, diversidade e diferença, apreendendo a significação da parte do texto a qual apareceria.

Também vale acrescentar a diferença no enfoque dado à temática, por exemplo, no PDI de 2009-2013 a temática da preocupação com a valorização das diferenças e da diversidade sociocultural só aparece de forma genérica. Nele é apenas mencionada a necessidade de uma formação que possibilite a capacidade de aprender a ser, a conviver, com respeito às diferenças. Isso fica explícito no trecho abaixo.

O IF Goiano concebe a extensão, os serviços, a cultura e a ação comunitária como processos educativos, culturais e científicos que articulam o ensino e a pesquisa e viabilizam a relação entre a Instituição e seu entorno. São processos organicamente vinculados à aprendizagem, à produção do conhecimento e ao projeto de desenvolvimento da instituição. Em sua dimensão mais estratégica, são ações que possibilitam à instituição construir um espaço de articulação e de construção de uma identidade regional que passa pela produção do conhecimento e pela valorização das diferenças e das diversidades socioculturais. (PDI, 2009, p. 03).

O PDI de 2014-2018 parece avançar um pouco no tocante ao trato dessas questões ao reconhecer, no discurso, os prejuízos que as minorias têm historicamente enfrentado. O texto traz um discurso mais elaborado nas determinações das políticas educacionais e nos próprios objetivos da Educação Profissional. O documento acena com a possibilidade de se considerar a diversidade étnico-racial na sua política de acesso e permanência, projetos de extensão e apoio pedagógico.

Com o intuito de contribuir para a diminuição das desigualdades existentes, oriundas da chamada discriminação histórica, tem-se adotado mecanismos voltados a ações afirmativas que proporcionem o acesso, a permanência e ao êxito, compensando certos segmentos da sociedade, sem deixar de lado o mérito de cada indivíduo. A instituição tem buscado formas alternativas de acesso ao ensino, no sentido de compensar a discriminação passada e presente e prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva. (PDI, 2014-2018, p. 47).

O referido documento parece explicitar a promoção de “uma educação pautada nas características brasileiras evidenciando a necessidade da educação das relações étnico-raciais; e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” ((PDI, 2014-2018, p. 47), e o “reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo” ((PDI, 2014-2018, p. 60)).

Em se tratando da Extensão no IF Goiano, podemos observar uma valorização dos projetos sociais conceituados como sendo “aqueles que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações **etno-raciais**,<sup>3</sup> geração de oportunidades e melhoria das condições de vida” (PDI, 2014-2018, p. 61). Ainda no PDI 2014-2018, são colocadas ações voltadas para a diversidade nas políticas de acesso e permanência.

No âmbito de atuação do IF Goiano, direcionam-se políticas de acesso e permanência, prioritariamente aos grupos em situação de vulnerabilidade social. Tais políticas devem considerar as peculiaridades de cada grupo, garantindo a oferta de ensino de qualidade, respeitando os aspectos de diversidade socioculturais, com ações pedagógicas que valorizem as culturas indígenas, quilombolas e de comunidades rurais, por exemplo, e, sobretudo, ações pautadas na oferta de educação profissional direcionadas às famílias que vivem da agricultura familiar. (PDI, 2014-2018, p.50).

Do ponto de vista da proposta pedagógica, sugere-se que as ações tenham por base os instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando as questões da diversidade cultural, sustentabilidade e inclusão social e que os mecanismos como reuniões de pais, conselhos de classe, seminários contemplem discussões sobre sexualidade sadia, diversidade e sobre uso de drogas são exemplos de estratégias pedagógicas.

O que se pode perceber é que, apesar de um discurso mais afinado, o PDI não conseguiu superar o aspecto da formalidade. Isto fica claro quando, ao explicar a necessidade de se incluírem as questões da diversidade, a justificativa ser assentada apenas nas

---

<sup>3</sup> Observe que a aqui a palavra que aparece é **etno-raciais** e não étnico-raciais, esse erro de grafia poderia ser sugestivo da falta de familiaridade com os termos e conceitos presentes na literatura especializada.

necessidades das políticas educacionais ou das instâncias superiores tais como o Conselho Nacional de Educação.

No PDI 2019-2023, podemos notar uma maior amplitude das questões relacionadas às questões relacionadas à diversidade. Porém, fica claro que algumas delas são impelidas pela legislação, em particular a Lei de Cotas Lei Federal 12.990/2012, sendo mencionado no documento sobre as reservas de vagas tanto para o processo seletivo para os alunos como para a contratação de servidores. Repete-se o discurso da necessidade de se considerar a diversidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual nos eixos de assistência estudantil, extensão, programas de acesso, permanência e êxitos dos estudantes e programas de apoio pedagógico.

Na parte relativa à Extensão, podemos verificar que esta objetiva:

As atividades de extensão constituem práticas acadêmicas, articuladas ao ensino e à pesquisa, que permitem estabelecer vínculos entre as necessidades de soluções para problemas reais da comunidade local/regional e o conhecimento acadêmico por meio da indissociabilidade entre as ações extensionistas, o fazer científico e as atividades de estímulo à formação artística e cultural bem como as questões relacionadas à diversidade étnico-racial e de gênero. (PDI, 2019-2023, p. 64).

Em relação aos programas de acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Pensar uma Instituição capaz de atender a todos com qualidade e respeito às diferenças, construindo uma cultura de valorização da diversidade, é um desafio enfrentado pelo IF Goiano. Com o intuito de contribuir para a diminuição das desigualdades existentes, oriundas da chamada discriminação histórica, tem-se adotado mecanismos voltados a ações afirmativas que proporcionem o acesso, a permanência e o êxito de certos segmentos da sociedade. A instituição tem buscado formas alternativas de acesso ao ensino, no sentido de compensar a discriminação passada e presente e prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva. (PDI, 2019-2023, p.75)

Nesse documento, também é reiterada a necessidade de se promover ações de apoio pedagógico tais como reuniões de pais, conselhos de classe, seminários sobre sexualidade, diversidade, relações de gênero, relações étnico-raciais, bullying/assédio moral e drogas como estratégias pedagógicas que dariam suporte ao processo ensino-aprendizagem, e ao desenvolvimento global da pessoa e da sua cidadania. (PDI, 2019-2023, p. 216).



Percebe-se que o conceito de inclusão definido no documento é bastante abrangente e abarca diversos fatores.

Para tanto, o Núcleo de Apoio Pedagógico e Inclusão Social e em conjunto com os demais setores relacionados às políticas de inclusão nos *campi* visam atingir o objetivo de atender todos os estudantes com necessidades específicas regularmente matriculados no IF Goiano, inclusive povos indígenas, quilombolas, negros, jovens, adultos, idosos, apenados, assentados da reforma agrária, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (PDI, 2019-2023, p. 216).

Nas resoluções, verifica-se a atenção dada às questões das relações étnico-raciais. Resolução n.º 052 de Junho de 2015, que instituiu o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas, que se configura como um núcleo de estudos e pesquisa destinado a promover no âmbito do Instituto Federal Goiano as ações afirmativas que contemplem a diversidade étnico racial. Esse núcleo também é mencionado na página 220 do PDI 2019-2023, visto que é apresentado o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas, caracterizando-o como uma ação afirmativa. O texto busca evidenciar o objetivo de "institucionalizar uma agenda para o debate e a reflexão sobre a luta e a história indígena e negra no Brasil, o racismo e o preconceito em suas diversas formas de expressão" Resolução n.º 052 (p. 220).

Não podemos deixar de notar a criação do Núcleo como elemento de cumprir as demandas da legislação, além de ampliar o campo de atuação colocando como imperativa a necessidade de se debaterem as “profundas desigualdades sociais existentes em nosso país” e a que trata da questão e a proposição de alternativas e estratégias para o combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação. O Neabi, de acordo com o documento, é um setor propositivo e consultivo do IF Goiano, presente em todos os seus campi, que tem como missão estimular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas.

Podemos considerar ainda que, do ponto de vista documental, o Instituto Federal Goiano conseguiu avançar nos discursos e saiu de uma menção genérica da necessidade de se considerar as questões relacionadas à diversidade étnico-raciais.

### **Considerações finais**

Analizamos 583 documentos do Instituto Federal Goiano com a perspectiva de identificar as ações que promovam e abordem as relações étnico-raciais. Constatamos que somente três abordaram a temática. No entanto, foi possível notar as mudanças ao longo dos anos quanto ao tratamento do tema. No PDI (2009 - 2013), as questões étnico-raciais são tratadas apenas em um discurso de uma educação e ensino baseado no respeito às diferenças, sem nenhuma política de inclusão ou tratamento a um grupo social específico.

Já na leitura do PDI (2014 - 2018), é destacada a necessidade de políticas que beneficiem as minorias. Dessa forma, são apresentadas ações de inclusão, como políticas de acesso e permanência e projetos de extensão voltados ao tema, buscando atentar-se para as particularidades de cada grupo, como também valorizar e dar representatividade às diferentes culturas como indígenas e quilombolas, sendo de grande importância para estes grupos. Em síntese, constatamos que os documentos abrangem temática das questões étnico-raciais. No PDI (2009-2013), aparece um discurso genérico sugerindo o respeito às diferenças na instituição, porém no PDI (2014 - 2018), percebe-se uma política de inclusão para os grupos minoritários.

### **REFERÊNCIAS**

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e métodos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORSETTI, Berenice. A análise documental da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *UNirevista*, v. 1, n. 1, p. 32-46, 2006.

DOMINGUES PETRÔNIO. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação** n.º 29, 2005; p. 164-173.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2004.

BRANQUINHO, Laura Meireles; RIBEIRO, Cristiane Maria. A QUESTÃO RACIAL NOS DEZ ANOS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO.

INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial)/DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho**. São Paulo: 1999.

INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial)/DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho**. São Paulo: 2018.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. O trabalho monográfico como iniciação científica. In CARVALHO. Maria Cecília Maringoni de. *Construindo o saber - metodologia científica: fundamentos e técnica*. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo, Papyrus. 2017.

Recebido em 30/03/2020

Aprovado em 29/09/2020